

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.514 - TO (2019/0011798-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : R M DE S (PRESO)
ADVOGADOS : MARQUES ELEX SILVA CARVALHO - TO001971
AURÉLIO MACHADO JÚNIOR - TO008466
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* protocolado por R M DE S, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (HC n. 0026670-24.2018.827.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 17/10/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado nos arts. 14 e 16 da Lei n. 10.826/03 (posse de arma de fogo de uso permitido e de uso restrito). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual foi denegado por acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS - POSSE DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - IMPOSSIBILIDADE - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA - ORDEM DENEGADA.

1 - O compulsar dos autos, não revela a presença dos requisitos autorizadores da concessão do writ, uma vez que do cotejo da inicial e documentos que a instruem não se pode inferir manifesta a inocência do paciente, o que, aliás demandaria aprofundado exame probatório, o que é vedado na estreita via do habeas corpus.

2 - Ademais, em que pese à relevância dos argumentos apresentados pelo impetrante, no que tange a ausência de justa causa para a denúncia do paciente, entendo que, neste momento processual, não merecem guarida, uma vez que tais alegações além de unilaterais encontram-se desprovidas de documentos comprobatórios, exigindo, portanto, a necessidade de se realizar um aprofundado exame de provas, o que seria incabível de ser realizado por meio desta ordem liberatória.

3 - Oportuno mencionar que o trancamento de ação penal em sede de habeas corpus somente se autoriza quando a ausência de justa causa para a persecução penal for evidente, pela atipicidade da

conduta imputada ao acusado ou pela total inexistência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

4 - Consoante se depreende dos documentos acostados na petição inicial, existem elementos mínimos indicativos da ocorrência do crime supostamente praticado sendo suficiente, portanto, para instauração e prosseguimento da ação penal. A conduta possivelmente praticada pelo paciente está claramente descrita na denúncia constante da ação penal originária, imputando-lhe a prática do ato previsto no artigo 16, caput, da Lei 10.826/03 (posse ilegal de munição de arma de fogo de uso restrito).

5 - Nesse contexto, a presença da materialidade e de indícios de autoria, por configurar requisitos mínimos ensejadores da persecução penal, evidenciam a necessidade de prosseguimento do feito, pois o trancamento da ação penal desafia demonstrar a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito, e ainda, a atipicidade da conduta e, in casu, os fatos narrados conduzem à conclusão de conduta típica, o paciente é implicado como autor dos fatos e, não há evidência de qualquer elemento extintivo da punibilidade.

6 - Ordem Denegada, nos termos do parecer ministerial."
(fls. 51/53)

No presente recurso, a defesa alega que as munições apreendidas são antigas e estavam desacompanhadas da respectiva arma. Assevera que não foi realizada perícia para averiguação de potencial lesivo.

Sustenta que o paciente não tinha consciência da ilicitude de sua conduta, razão pela qual deve incidir, no caso concreto, o art. 20 do Código Penal por restar caracterizado o erro de tipo. Pondera, ainda, que, inexistindo previsão legal da modalidade culposa para o delito em comento, imperativa a absolvição.

Destaca entendimento firmado pela Suprema Corte, por ocasião do julgamento do HC n. 149.450, no qual foi reconhecida a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância em caso análogo.

Requer, assim, o trancamento da ação penal.

A liminar foi indeferida por decisão de fls. 79/80.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Busca-se na presente impetração o trancamento da ação penal.

O voto condutor do acórdão impugnado, ao denegar a ordem, assentou:

"O compulsar dos autos, não revela a presença dos requisitos autorizadores da concessão do writ, uma vez que do cotejo da inicial e documentos que a instruem não se pode inferir manifesta a inocência do paciente, o que, aliás demandaria aprofundado exame probatório, o que é vedado na estreita via do habeas corpus.

Ademais, em que pese à relevância dos argumentos apresentados pelo impetrante, no que tange a ausência de justa causa para a denúncia do paciente, entendo que, neste momento processual, não merecem guarida, uma vez que tais alegações além de unilaterais encontram-se desprovidas de documentos comprobatórios, exigindo, portanto, a necessidade de se realizar um aprofundado exame de provas, o que seria incabível de ser realizado por meio desta ordem liberatória." (fl. 53)

Desta forma, para se acolher o pleito deduzido pelo recorrente, é necessário o exame aprofundado de provas, inviável em sede de *habeas corpus*.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. SUPOSTOS CRIMES DE PECULATO E DISPENSA DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES LEGAIS. PEDIDOS DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL E DE INCOMPETÊNCIA FEDERAL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA REJEITADA. ALEGAÇÕES NÃO DEMONSTRADAS MEDIANTE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. EVENTUAIS IRREGULARIDADES DO INQUÉRITO NÃO CONTAMINAM A AÇÃO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS DESPROVIDO.

I - Primeiramente, acerca da suposta incompetência Federal para a condução das investigações, na hipótese, prima facie, verifica-se possível lesão a bem jurídico da União, mais precisamente, de empresa pública a ela vinculada (no caso, o BNDES). Deve-se recordar também que, mesmo em se tratando de inquérito policial, cumpre invocar o verbete da Súmula n. 150 desta Corte: 'Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas'. Precedente da Corte Especial (AgRg no Inq n. 1.230/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 13/09/2018).

II - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que o trancamento do inquérito policial ou da ação penal só é possível na via do habeas corpus ou do recurso ordinário quando restar demonstrado, de modo inequívoco e sem necessidade de dilação probatória, a inépcia da exordial acusatória (na hipótese de denúncia recebida), a atipicidade da conduta, a presença de causa de

extinção de punibilidade ou a ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova da materialidade. Precedentes.

III - Ausente abuso de poder, ilegalidade flagrante ou teratologia, o exame da atipicidade, da existência de materialidade delitiva mínima ou de indícios de autoria demanda amplo e aprofundado revolvimento fático-probatório, incompatível com a via estreita do habeas corpus, que não admite dilação probatória, reservando-se a sua discussão ao âmbito da instrução processual. Precedentes.[...]

Preliminar de incompetência rejeitada. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido." (RHC 91.218/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/2/2019)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. REEXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O pedido de trancamento da ação penal por ausência de justa causa, em virtude da alegação de inexistência de indícios suficientes de autoria, demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus, que não admite dilação probatória.

[...]

4. Recurso desprovido." (RHC 100.865/MG, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 15/2/2019)

Ante o exposto nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator